

NEM UMA A MENOS!

MULHERES DE ALAGOAS no 8 de março de 2024

Os movimentos organizados de mulheres e as organizações do campo e da cidade apresentam sua pauta de reivindicações referentes às demandas neste 8 de Março de 2024 aos Poderes Públicos em prol da melhoria das estruturas e fortalecimento das **Políticas Públicas para as Mulheres** com o objetivo de combater todas as formas de desigualdade social e a violência e promover a **IGUALDADE de GÊNERO** na sociedade maceioense, alagoana e brasileira.

Apresentamos neste documento construído pela diversidade de mulheres e o dividimos através de eixos temáticos de forma resumida, entendendo a importância da criação de uma SALA DE SITUAÇÃO – VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO E DESIGUALDADES, com o objetivo de discutir de forma mais ampla e aprofundada nossas principais demandas e enfrentamentos, como a exemplo do feminicídio e das violências domésticas como um todo; da promoção do acesso às políticas sociais e da saúde, educação, assistência social, moradia, previdência social, reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar, meio ambiente, direito à cidade, proteção às crianças e adolescentes, combate ao racismo e à lgbtfobia; autonomia econômica e financeira, igualdade no mundo no trabalho entre outros, tudo isso para as mulheres.

Avançamos no último ano, mas ainda sofremos com todas as sequelas do imenso desmonte das instituições públicas, privatizações e mercantilização dos serviços públicos, assim como pelos retrocessos na Democracia e ataques ao Estado Laico, com a tentativas de restringir a liberdade e a autonomia das mulheres sobre suas vidas, com o ataque direto a Direitos já conquistados, como a exemplo do aborto legal garantido por Lei, conscientes de que nosso papel nesse momento é evitarmos o retrocesso. O que nos faz refletir sobre a necessidade de continuarmos lutando por direitos e dignidade e avançarmos pela criminalização da Misoginia.

No ano de 2024 a sociedade brasileira busca o caminho da reconstrução das políticas sociais, combate às desigualdades e promoção de direitos através das Políticas Públicas de Governo e de Estado. para promoção de Políticas Públicas para as Mulheres. Sem retroceder, ampliar e difundir o poder político das mulheres para neste ano eleitoral dar visibilidade às pautas femininas.

Somos cidadãs e exigimos nossos direitos, exigimos ser tratadas com respeito, e sobretudo exigimos proteção para viver com segurança e liberdade.

Assim, apresentamos nossa pauta de reivindicações aos Poderes Públicos em Alagoas.

I – ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

REIVINDICAMOS A AMPLIAR, INTERIORIZAR E FORTALECER DELEGACIAS ESPECIALIZADAS PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

Ampliar e investir na estruturação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher em Maceió e no Interior (CISPS), assegurando seu funcionamento 24h, com equipe especializada e multidisciplinar, considerando as especificidades dos tipos de violência, para o funcionamento adequado e garantindo sua instalação em municípios pólo, para que atendam às demandas em todo o estado, inclusive nos finais de semana também no interior e pólos regionais.

AMPLIAR E FORTALECER A PATRULHA MARIA DA PENHA EM MACEIÓ E NO INTERIOR DO ESTADO.

Adotar critérios de concentração de população e incidência estatística de violência contra as mulheres para **distribuir as Patrulhas Maria da Penha na capital e interior**, levando em consideração as especificidades das populações mais vulneráveis, assegurando o melhor funcionamento, e considerando o horário, período da semana e estatísticas de maior incidência da violência contra as mulheres, para assegurar segurança às mulheres.

FORTALECER A REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.

Implantar a Sala Lilás nas unidades de saúde, CISPS, CRAS e demais Serviços Públicos estratégicos, ampliar as Casas de Apoio (Abrigos ou Casas de Passagem) nas áreas com maior incidência de violência da capital e nas cidades pólos do interior e ampliar os atendimentos das Unidades Móveis de Delegacias itinerantes de atendimento às mulheres nas áreas rurais, e a Instauração prioritária da SALA DE SITUAÇÃO – VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO E DESIGUALDADES SOBRE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E DESIGUALDADES CONTRA AS MULHERES.

II – SUS PÚBLICO, GRATUITO, INTEGRAL, UNIVERSAL COM EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA TODAS AS MULHERES

1. Assegurar o funcionamento da POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER, em todos os municípios e no estado, assegurando o direito de decidir sobre seu corpo e a ampliação da atenção primária (ESF, NASF eMULTI, UBS, Consultórios na Rua, CAPS etc). Considerando os ciclos de vida das mulheres, as especificidades das diversas faixas etárias e dos grupos – mulheres com deficiências, negras, lésbicas, transexuais, em situação de rua, de periferia, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, portadoras do vírus HIV ou de outras patologias crônicas,

usuárias de substâncias químicas que causam dependência, mulheres privadas de liberdade, etc.

Integrar de forma articulada, resolutiva e intersetorial, os SERVIÇOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL COM OS SERVIÇOS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA e a Superintendência de Políticas para as Mulheres.

2. Aplicar Protocolo de saúde para atendimento imediato das vítimas de violência sexual, e o Protocolo para a interrupção legal da gravidez por estupro. Fornecer laudos técnicos para processo judicial com agilidade. Instituir unidades de referência em saúde para cobertura de todo o território estadual, com equipes multidisciplinares especializadas que protejam as vítimas e prevenir qualquer ato de constrangimento no atendimento de mulheres e crianças vítimas de violência física e sexual.

3. Fortalecer e ampliar a Rede de Atenção Psicossocial em todos os municípios e estado garantindo o atendimento das Mulheres e em especial Das mulheres vitimizadas por violências psicológicas, físicas, sociais e econômicas. Por uma saúde mental antimanicomial, contra qualquer modelo de tratamento baseado em privação de liberdade. Instituir atendimento humanizado, laico e científico, que preserve a liberdade e a dignidade humana.

III - EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE

1- Ampliação de Creches e pré-escolas; principalmente nas áreas de periferias e rurais, num sistema de cooperação entre Estado, Municípios e União;

2- Implantar e ampliar vagas, em creches, pré-escolas e ensino fundamental de tempo integral, bem como berçários/dormitórios noturnos (tempo mínimo de 4h);

3- Inserir na Educação de Jovens e Adultos - EJA, componente curricular, de caráter profissionalizante, conciliando teoria e prática, que forme, incentive e oportunize as mulheres na geração de renda;

4- Garantir matrículas e permanência na/para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, no turno diurno, que atendam às mulheres que trabalham à noite e aquelas que puderem estudar no horário paralelo às aulas de seus filhos/as.

IV – COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Realizar **CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS INSTITUCIONAIS por parte dos Executivos, Legislativos, Judiciário, Ministério Público**, com objetivo de esclarecer a população, prevenir a violência de gênero, levando em conta as especificidades étnico-raciais, geracionais, das mulheres com deficiência, mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo; e ainda as especificidades de orientação sexual e identidade de gênero.

2. As Campanhas Publicitárias devem ser desenvolvidas pelos órgãos públicos junto às mídias sociais e imprensa em geral, **em diálogo com os Conselhos de Direitos das Mulheres e com os Movimentos de Mulheres de Alagoas**, promovendo um debate permanente na sociedade sobre a promoção da igualdade de gênero, da igualdade racial, o combate aos preconceitos e discursos de ódio, e a promoção do acesso das mulheres às Políticas Sociais.

V - AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES: ACESSO À TERRA, TRABALHO E RENDA, E PACTO CONTRA A FOME.

1. Cumprir com agilidade o acordo realizado pelo TJ e Governo do Estado com os Movimentos Sociais, para a destinação das terras da Usina Laginha e parte da Usina Guaxuma para a Reforma Agrária.

2. Implantar soluções efetivas para as demandas de instalação de assentamentos para as famílias acampadas, em áreas urbanas e rurais, no estado de Alagoas. Observar as condicionantes estabelecidas pelo STF referente ao tema dos despejos (ADAPAF 828).

3. **PACTO CONTRA A FOME:** ações imediatas de combate à fome e insegurança familiar:

3.1. Fortalecer e ampliar as cozinhas solidárias como política pública, Fortalecer a agricultura familiar urbana (quintais produtivos, hortas comunitárias, marisqueiras e pescadoras artesanais da orla lagunar), **Ampliar o PAA, com a participação dos movimentos sociais no cadastramento de populações beneficiárias; Ampliar o acesso das mulheres aos recursos hídricos no Semiárido, ampliar os Projetos de Cisternas; Implantar Programas e Projetos de Desenvolvimento Territorial com base na Economia Solidária e no Desenvolvimento Sustentável; Implantar Programas e Projetos para geração de renda para mulheres, com base na**

economia solidária, desenvolvimento sustentável, economia criativa, e Utilizar o FECOEP – Fundo Estadual de Combate à Pobreza para implantar projetos estruturantes de organização de cadeias produtivas com maior presença de mulheres, para **fortalecer grupos produtivos de mulheres** nas regiões periféricas das cidades, e no campo, mulheres de assentamentos da reforma agrária, pescadoras, marisqueiras, agricultoras familiares, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, artesãs, produtoras de alimentos típicos da cultura alimentar tradicional, empreendimentos coletivos de economia solidária, empreendimentos de cultura e economia criativa, etc. **A promoção da autonomia econômica das mulheres é uma das mais eficazes estratégias de combate à miséria e à pobreza.**

VI – MORADIA E DIREITO À CIDADE

1. Implantar o cadastramento de famílias sem teto em Alagoas, para que se tenha a real dimensão da demanda por moradia, e que, em diálogo com os movimentos sociais sejam preparados projetos de habitação para as comunidades, especialmente com a retomada do Programa Minha Casa Minha Vida.

2. Priorizar os municípios de Maceió, Arapiraca e União dos Palmares, assim como Municípios do Sertão atingidos pelas enchentes de 2022, no cadastramento das famílias sem teto e na organização de projetos habitacionais.

3. Garantir a participação da sociedade na definição dos locais/ terrenos para implantação de novos projetos habitacionais, considerando tanto os aspectos de segurança geológica e ambiental, como os aspectos de acesso desses beneficiários à infraestrutura urbana já instalada, aos serviços de saúde, educação, cultura, segurança, saneamento básico, energia, água tratada, transportes públicos, **evitando a segregação de populações que ficam por muitos anos sem acesso aos serviços básicos, enquanto vazios urbanos estão a serviço da especulação imobiliária.**

4. Desapropriar latifúndios urbanos para fins de instalação de programas habitacionais em áreas que já possuem infraestrutura urbana.

5. Exigir a reparação por parte da Braskem sobre o crime ambiental provocado em Maceió e sobre as graves consequências para a vida urbana na cidade: perdas de patrimônio ambiental, patrimônio histórico e cultural, perdas na mobilidade urbana, com o congestionamento de vias de transporte, com péssimos impactos no trânsito, perdas no acesso à moradia, perdas, sobretudo, da vida comunitária, dos laços de convívio e pertencimento, que tem provocado não só prejuízos materiais imensos, mas problemas de saúde mental e física aos moradores do bairros atingidos e suas famílias.

Cobramos dos gestores do Estado e do município de Maceió que abram diálogo com a população atingida pelo crime ambiental da Braskem, no sentido de **assegurar a reparação das perdas e danos da população deslocada e indenização à cidade como um todo**. Reivindicamos que os gestores do município de Maceió e do Estado de Alagoas coloquem em **debate público os rumos do desenvolvimento urbano de Maceió, na medida em que cinco bairros foram amputados da cidade total ou parcialmente e apropriados pela mineradora Braskem**, com total omissão dos poderes públicos.

VII – REGIME DE COLABORAÇÃO PARA DESENVOLVER POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

IMPANTAR PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES com orçamento, programas, projetos e ações Intersetoriais para atender às mulheres em suas dimensões e diversidades: às trabalhadoras do campo e da cidade, às idosas, às indígenas, às negras e quilombolas, às LGBT's, às mães e avós responsáveis por sustentar suas famílias, às jovens etc.

Fortalecer o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, e o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Ruais em todos os municípios, com orçamento próprio, assegurando composição majoritária das representações da sociedade civil, funções de formulação de diretrizes, de coordenação e de controle social de políticas públicas.

Garantir que as mulheres rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas sejam ouvidas em todas as formulações de políticas públicas estaduais e municipais para mulheres, assegurando sua representatividade nos Conselhos Municipais e Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres.

VIII – ESTABELEECER UMA POLÍTICA DE EXTINÇÃO DA MISOGIA

IMPLANTAR INSTITUCIONALMENTE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES PELA EXTINÇÃO DA MISOGINIA, com cursos, capacitações e ouvidorias que possibilitem às mulheres viver e desempenhar suas funções com dignidade. Reconhecendo que a misoginia tem sido historicamente um impeditivo de ascensão e ampliação dos espaços de poder feminino na sociedade, precisa ser reconhecida como e evidenciada para que dentro do Estado de Alagoas possamos garantir à nossas Mulheres e Meninas o bem viver.

8 de Março de 2024

LEVANTE FEMINISTA DE ALAGOAS

AMUNEAL – ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DE ALAGOAS

CDDM - CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA **ANA MONTENEGRO**

COLETIVO MULHERES **RESISTEM**

GRUPO DE PESQUISA **FRIDA KHALO**

MARCHA DAS MARGARIDAS

MMM MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

MARGARIDAS NA LUTA - ALAGOAS

MOVIMENTO **OLGA BENÁRIO** – AL

RESISTÊNCIA FEMINISTA ALAGOAS

UBM – UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES

MAM- **MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO**

SINDPREV – AL

SINTEAL – SINDICATO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

SINEAL - SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE ALAGOAS

UNMP - UNIÃO NACIONAL POR MORADIA

ADUFAL – Associação dos Docentes da UFAL

ANEPS - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde

Bancada Negra

Centro Brasileiro de Estudos da Saúde

CUT – Secretaria da Mulher Trabalhadora

FETAG – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoas

Grupo de Pesquisa Morfologia dos Espaços Públicos

FNL – Frente Nacional de Luta

Fórum de Saúde Mental de Maceió

Instituto Legioniré

Instituto Vale do Sol

IAB/AL- Comissão de Equidade de Gênero.

MLST – AL Movimento de Libertação dos Sem Terra

MOPS - Movimento Popular de Saúde de Alagoas

MNU - Movimento Negro Unificado

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MNLM - Movimento Nacional De Luta Pela Moradia

MTL – Movimento Terra Trabalho e Liberdade

Projeto Girassol /CESB Santana do Ipanema

PT - Partido dos Trabalhadores – Secretaria Estadual e Municipal de Mulheres

PCB – Alagoas

Projeto Erê

PSOL – Mulheres do PSOL. AL.

RENFA – Rede Nacional Antiproibicionista

Resistência Popular – AL

SASEAL – Sindicato dos Assistentes Sociais – AL